

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Petros muda sua política de investimentos	3
Título: Trump inaugura uma era mundial de incertezas	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Governo quer realizar 2º leilão do pré-sal de 2017 em novembro	5
Título: Com energia mais barata, a inflação fica abaixo do esperado	6
Título: Japoneses dizem que não vão sair da Usiminas	8
Título: Petros revisa investimentos e planeja vender participação	9
Título: Trump não vai impor barreiras para alimento, diz conselheiro	10
Título: Samarco e MPF assinam acordo prévio sobre rompimento.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	12
Título: Samarco faz acordo preliminar com o MPF	12
Título: Relacionamento	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Grafeno é transformado em supercondutor	13
VEÍCULO: Valor Econômico.....	14
Título: Chuva melhora reservatórios no NE, mas nível segue baixo	14
Título: Regras do pré-sal recebem elogios em Davos	15
Título: ANP espera interesse por campos inativos.....	17
Título: Petrobras, crise, tecnologia e recordes na produção	17
Título: Usiminas vai iniciar ação de arbitragem contra sócia.....	20
Título: Ternium e Nippon vão buscar acordo.....	22
Título: BHP, Vale e MPF assinam ajuste preliminar sobre Samarco	23
Título: Chesf busca vender ativos para reequilibrar despesas.....	25
Título: Revisão vai ajudar Light a reduzir seu nível de endividamento	26
Título: Liminar de estaleiros para licitação da Petrobras	27
Título: China eleva produção e cotação de carvão cai.....	29

Título: Ex-acionistas da Destivale levam Raízen à Justiça	30
Título: Agenda	32

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Petros muda sua política de investimentos**

Fundo de pensão da Petrobras vai vender fatia em empresa e aplicar em renda fixa.

A Fundação Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, anunciou ontem que vai rever sua política de investimentos para os próximos cinco anos em que o plano PPSP, que acumula déficit bilionário, ampliará aquisição de títulos públicos e venderá participações em empresas.

O PPSP é o maior fundo da Petros — de benefício definido, ele concentra funcionários que trabalhavam na Petrobras antes de 2002. Entre as empresas nas quais a Petros detém participação estão Invepar (que controla o Aeroporto de Guarulhos), BRF Foods, JBS e Vale.

Além destas, tem participação em companhias hoje em recuperação judicial, como a Sete Brasil, cuja sobrevivência é incerta no momento. O PPSP, que atende cerca de 76 mil participantes, sendo 55 mil assistidos (aposentados e pensionistas), vai elevar a fatia da renda fixa nos investimentos de 45% para 71% dos ativos a curto e médio prazos, com a compra de novos títulos públicos.

Enquanto isso, o limite máximo de exposição à renda variável do PPSP foi reduzido de 45% para 35%, "dada a maturidade do plano e a consequente necessidade de aumentar o nível de liquidez", afirmou a Petros em comunicado. Segundo a empresa, os recursos obtidos com os desinvestimentos na carteira de participações em empresas serão usados na compra de títulos públicos e na recomposição de caixa, para fazer frente ao aumento das despesas previdenciárias.

No Plano Petros-2 (PP-2), mais novo e de contribuição variável, a meta é elevar a fatia da renda variável de 8% para 15% dos ativos por meio de operações "que capturem oportunidades de mercado". Além disso, com a projeção de queda da taxa básica de juros (Selic), a Petros avalia que o PP-2 pode fazer investimentos no exterior, como forma de diversificar os riscos. O limite para investimentos do PP-2 no exterior será de, no máximo, 2% dos ativos. O PP-2 também pretende ampliar a exposição a imóveis.

A alocação atual é de 2,5%, mas a meta é atingir 3%. O percentual máximo é de 5%. "Estamos dinamizando a gestão dos investimentos através da

implementação da cultura de asset management na Petros", disse o presidente do fundo de pensão, Walter Mendes, no comunicado.

Na nova política, a Petros não deve fazer novos aportes em Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), pelos quais adquirem fatias de empresas de capital fechado. Os FIPs foram alvo, em 2016, da Operação Greenfield, da Polícia Federal. O teto de alocação no segmento foi reduzido de 8% para 4%, no caso do PP-2, e de 10 para 7%, no do PPSP.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Trump inaugura uma era mundial de incertezas

Donald Trump assume hoje o posto de 45º presidente dos EUA, inaugurando junto com o mandato uma era mundial de incertezas. As promessas que, com ares de bufão, o republicano fez durante a campanha eleitoral foram consideradas por muitos como bravatas que não se sustentariam diante da realidade e importância do cargo. Mas os anúncios feitos antes mesmo de ocupar a Casa Branca e a montagem do primeiro escalão do gabinete parecem confirmar uma guinada radical e inédita da maior potência econômica e militar do mundo. Na economia, por exemplo, chama a atenção o retrógrado nacionalismo populista defendido por Trump.

Caminhando na direção inversa a um princípio caro aos republicanos, ele interveio na economia, ameaçando corporações com produção globalizada a reordenarem negócios para criar empregos em segmentos industriais em obsolescência nos EUA. A completar sua lógica antiglobalização, anunciou que tributará produtos de parceiros comerciais, na prática uma declaração de guerra comercial. É má notícia num momento em que a economia mundial dá sinais ainda débeis de recuperação da crise global de 2008/9, cujo motor tem sido justamente a retomada do comércio internacional. Até mesmo Xi Jinping, presidente da China — principal alvo das medidas de Trump no comércio —, fez uma árdua defesa do livre comércio e da globalização esta semana no Fórum de Davos. (...)

Outra das maiores incógnitas diz respeito à defesa do meio ambiente. Também neste campo, Trump — que não crê na teoria do aquecimento global causado pela atuação do homem — não emitiu bons sinais. A nomeação de Scott Pruitt como secretário da Agência de Proteção do Ambiente (EPA, em inglês, equivalente ao Ministério do Meio Ambiente), lobista do setor petrolífero e declarado inimigo das políticas públicas de defesa ambiental, sugere que o compromisso dos EUA assumido no Acordo de Paris também está sob risco. O

governo americano que começa hoje certamente testará os limites dos mecanismos institucionais de pesos e contrapesos da maior democracia do mundo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Governo quer realizar 2º leilão do pré-sal de 2017 em novembro

O governo federal pretende realizar em novembro o segundo leilão deste ano de áreas de petróleo e gás localizadas na camada pré-sal, além de promover outro certame em 2018, disse nesta quinta-feira (19) o secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do ministério de Minas e Energia, Márcio Félix.

A ideia é realizar, também em 2018, um leilão de áreas sob regime de concessão, incluindo áreas marítimas no pós-sal e campos terrestres, além de um leilão de campos marginais em terra.

Segundo Félix, em junho o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deverá deliberar sobre um calendário, a ser divulgado ainda neste ano, que trará um cronograma, com indicações das áreas para os leilões do setor de petróleo e gás nos próximos cinco anos.

"A gente quer colocar uma previsão, de modo que as empresas enxerguem que [os leilões já marcados] não são andorinhas perdidas", disse o executivo.

Segundo ele, além do horizonte de cinco anos, com indicação de áreas, o calendário também deve ter uma previsão mais genérica do que pode ocorrer em até dez anos.

Em 2017, o governo quer realizar a segunda e a terceira rodadas de leilões de áreas do pré-sal, sob o regime de partilha. A primeira, em que a área de Libra foi ofertada, ocorreu em 2013.

A segunda rodada, que o governo quer antecipar para o primeiro semestre deste ano, envolve quatro áreas adjacentes a grandes descobertas já realizadas e que precisarão passar por processo de unitização.

Já a terceira rodada do pré-sal (a segunda deste ano), que deve ocorrer em novembro, envolveria "áreas exploratórias, não unitizáveis", que ainda não foram perfuradas.

ARRECADAÇÃO

Félix espera que esse leilão do pré-sal, no fim do ano, atraia o maior nível de competição e seja "o de maior relevância".

Questionado se o certame de novembro seria maior do que os outros leilões que já estavam programados para 2017, o secretário disse que "em termos de arrecadação, sim", mas ressaltou que a estratégia de cobrança de bônus e recebimento do óleo por parte da União ainda terá de ser definida.

Antes de anunciar a realização da terceira rodada do pré-sal no fim de 2017, o governo havia anunciado que esperava uma arrecadação, com bônus, de R\$ 3,5 bilhões a R\$ 4,5 bilhões com os leilões que já estavam marcados para o ano: a segunda rodada do pré-sal (a que foi antecipada para o primeiro semestre), a 14ª rodada de licitação de blocos exploratórios de óleo e gás, prevista para setembro, e a 4ª Rodada de Áreas com Acumulações Marginais de óleo e gás, em maio.

Segundo o secretário, o dinheiro do bônus da terceira rodada do pré-sal só deve entrar para os cofres do governo em 2018, uma vez que o leilão está previsto para novembro. "O bônus provavelmente será pago em 2018, mas já vai estar precificado, já vai estar no fluxo de caixa das agências de risco.

CONTEÚDO LOCAL

O secretário disse que as regras do conteúdo local na produção da 14ª Rodada e na terceira do pré-sal devem ser definidas pelo governo no mês que vem, mas salientou que mudanças mais significativas nas exigências só devem ser aplicadas de 2018 em diante.

"A partir de 2018, queremos colocar incentivos à exportação. Por exemplo, se uma empresa vendeu para outro país, isso poderia ser contado como crédito de conteúdo local", disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Com energia mais barata, a inflação fica abaixo do esperado

A prévia da inflação oficial do Brasil iniciou 2017 mostrando menos força do que o esperado, com destaque para a queda nos preços das contas de energia elétrica.

O IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15) subiu 0,31% em janeiro, informou o IBGE nesta quinta-feira (19), acima da alta de 0,19% de

dezembro, mas no menor patamar para janeiro desde 1994, ano em que foi criado o Plano Real.

Em 12 meses até janeiro, o IPCA-15 acumulou alta de 5,94%, nível mais baixo desde março de 2014 (+5,90%).

As expectativas em pesquisa da Reuters eram de alta de 0,44% em janeiro e de 6,06% em 12 meses. O centro de projeções de economistas ouvidos pela agência internacional Bloomberg era de avanço de 0,38% no mês e 6,01% em 12 meses.

"Estamos vendo a inflação desacelerar como um todo, não é apenas um grupo. O mercado está na dúvida sobre por quanto tempo o novo ritmo de corte de 0,75 ponto vai durar. Mas enquanto a inflação continuar surpreendendo, a tendência é que esse ritmo permaneça", afirmou o economista da Votorantim Carlos Lopes, que projeta a Selic em 9% no fim do ano.

Segundo o IBGE, três grupos tiveram quedas nos preços em janeiro sobre o período anterior: artigos de residência (-0,23%), vestuário (-0,18%) e habitação (-0,22%).

Neste último, as contas de energia elétrica, com queda dos preços de 2,25%, geraram o impacto negativo mais intenso (-0,08 ponto percentual) sobre o IPCA-15, com a volta, a partir de 1º de dezembro, da bandeira tarifária verde.

ALIMENTOS

Na outra ponta, o grupo alimentação e bebidas mostrou alta nos preços de 0,28% em janeiro, após queda de 0,18% no mês anterior. A pressão maior foi exercida pelos alimentos consumidos em casa, cujos preços subiram 0,21%, após queda de 0,45% em dezembro.

A maior alta no mês foi apresentada por despesas pessoais, de 0,76%, devido principalmente ao aumento de 2,61% dos preços do cigarro, segundo o IBGE.

O principal impacto individual, entretanto, veio da gasolina, com alta de 2,43% do preço da litro após reajuste autorizado pela Petrobras nas refinarias.

A inflação de serviços, que vem sendo acompanhada de perto pelo Banco Central para a condução da política monetária, desacelerou em janeiro a 0,31%, sobre 0,60% na leitura anterior, nas contas da Votorantim Corretora.

Com sinais de retomada econômica mais demorada após dois anos de profunda recessão, o BC reduziu a Selic além do esperado este mês, levando-a a 13% ao

ano, passando a ver a inflação abaixo do centro da meta, em 4%. A meta é de 4,5% para o IPCA, com margem de 1,5 ponto.

A expectativa é de que o afrouxamento continue, com a taxa básica de juros chegando a um dígito. Os economistas consultados na pesquisa Focus do BC veem a Selic a 9,75% neste ano, com a alta do IPCA em 4,80%.

De acordo com o presidente do BC, Ilan Goldfajn, a autoridade monetária entrou em um novo ritmo de corte de juros, destacando que a redução de 0,75 ponto percentual representa este novo padrão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Renata Agostini

Título: Japoneses dizem que não vão sair da Usiminas

O conflito societário que opõe os dois sócios controladores da Usiminas, uma das maiores siderúrgicas do país, deve se arrastar. A japonesa Nippon Steel afirma que não sairá da empresa e tampouco aceita negociar uma cláusula de saída como deseja sua sócia na siderúrgica, a argentina Ternium.

"Não temos nenhuma intenção de vender nossa parte ou mesmo sair de nossos negócios no Brasil", disse nesta quinta (19) o presidente da Nippon Steel & Sumitomo no Brasil, Hironobu Nose.

A disputa ocorre num momento em que a Usiminas tenta finalizar a reestruturação de sua dívida com credores e afastar qualquer risco de recuperação judicial, como temiam investidores.

Um acordo para rolar R\$ 6,3 bilhões com bancos -Banco do Brasil e BNDES entre eles- foi feito em 2016, mas depende de condições a serem cumpridas até junho. Entre elas, a transferência de R\$ 700 milhões para a siderúrgica do caixa de uma subsidiária, a Musa, o que foi vetado pela sócia da Usiminas na empresa, a também japonesa Sumitomo.

COMANDO

No centro da briga entre Nippon e Ternium está a escolha do presidente da empresa. O acordo de acionistas prevê que a definição seja feita por consenso. Mas o documento não define o que acontece caso as duas sócias não entrem em acordo.

No momento, há um impasse. A Nippon quer Rômulo de Souza, atual presidente, no cargo. A Ternium deseja que Sérgio Leite assuma.

Sem consenso, as duas empresas se engalfinham nos bastidores, num vaivém de ações judiciais e acusações mútuas. Como resultado, a Usiminas já teve, desde o fim de 2014, três trocas de comando, com Souza e Leite revezando-se na presidência. E o caso segue na Justiça.

Como forma de solucionar a crise societária, a Nippon sugere que haja um sistema de alternância, no qual um sócio escolheria o presidente e o outro o presidente do conselho a cada mandato.

A Ternium não demonstrou disposição em aceitar. No lugar, gostaria de definir critérios para a saída de um dos sócios. "A primeira a indicar seria a Ternium", afirmou Nose. "Não entendemos por que eles não aceitam."

Segundo ele, a empresa não está disposta a mudar a proposta. E negou que haja conversas para a divisão dos ativos da empresa entre os sócios -uma forma de solucionar o conflito.

"É uma questão sentimental mesmo que temos com a Usiminas", afirmou Nose, lembrando que a Nippon é sócia da siderúrgica desde sua criação, nos anos 1950, enquanto a Ternium entrou na empresa só "recentemente".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Petros revisa investimentos e planeja vender participação

A Fundação Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, anunciou nesta quinta-feira (19) uma revisão em sua política de investimentos para os próximos cinco anos em que o plano PPSP, que acumula deficit bilionário, ampliará aquisição de títulos públicos e venderá participações em empresas.

Segundo a fundação, o Plano Petros, que atende cerca de 76 mil participantes, dos quais 55 mil são assistidos, vai elevar a fatia da renda fixa nos investimentos de 45% para 71% dos ativos no curto a médio prazos, sobretudo com compra de novos títulos públicos.

Enquanto isso, o limite máximo de exposição à renda variável do PPSP foi reduzido de 45% para 35%, "dada a maturidade do plano e a consequente necessidade de aumentar o nível de liquidez", afirmou a fundação em comunicado à imprensa.

Os recursos obtidos com os desinvestimentos na carteira de participações em empresas serão usados na compra de títulos públicos e na recomposição de

caixa, para fazer frente ao aumento das despesas previdenciárias, disse a Petros.

No Plano Petros-2 (PP-2), mais novo, a fatia da renda variável meta deve subir de 8% para 15% dos ativos por meio de operações "que capturem oportunidades de mercado".

Além disso, com a projeção de queda da taxa de juros, a Petros avalia que o PP-2 pode fazer investimentos no exterior, como forma de diversificar risco. O limite para investimentos do PP-2 no exterior será de no máximo 2% dos ativos.

O PP-2 também pretende ampliar exposição ao segmento de imóveis. A alocação atual é de 2,5%, mas tem como meta atingir 3%. O percentual máximo é de 5%.

O Plano Petros tem benefício definido para os participantes, enquanto o PP-2 é regido por lógica de contribuição variável.

"Estamos dinamizando a gestão dos investimentos através da implementação da cultura de 'asset management' na Petros. Precisamos aproveitar as oportunidades de mercado para buscar o maior retorno possível, mas sempre considerando o perfil de cada plano e respeitando os limites de risco que podemos assumir para preservar a segurança do patrimônio dos participantes", afirmou o presidente da Petros, Walter Mendes, no comunicado.

Na nova política, a Petros não deve fazer novos aportes em Fundos de Investimentos em Participações. O teto de alocação neste segmento foi reduzido de 8% para 4%, no caso do PP-2, e de 10% para 7% no caso do Plano Petros, "numa perspectiva de redução compatível com as condições de mercado".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Trump não vai impor barreiras para alimento, diz conselheiro

Não há risco de o governo Trump criar barreiras para a agricultura brasileira, diz Bruce Rastetter, diretor-executivo do Summit Agricultural Group e um dos conselheiros do republicano para o setor durante a campanha. (...)

Depois das eleições, Rastetter chegou a visitar Trump em uma das suas torres em Nova York. Seu nome foi cotado para a secretaria de agricultura —o escolhido, no entanto, foi um ex-governador do Estado da Geórgia.

"Como membro do comitê de conselheiros de Trump, continuarei a defender comércio livre para o crescimento da agricultura. Vou tentar me manter ativo."

O grupo empresarial dele possui cerca de 10 mil hectares de terras em Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, onde produz milho para etanol.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor: Carolina Linhares

Título: Samarco e MPF assinam acordo prévio sobre rompimento

A Samarco e suas controladoras Vale e BHP Billiton assinaram acordo preliminar no valor de R\$ 2,2 bilhões com o Ministério Público Federal a serem depositados como garantia para reparação do impacto social e ambiental causado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG).

O acerto, assinado nesta quarta-feira (18), vale até que as empresas e o MPF assinem um acordo final ou até o dia 30 de junho de 2017 –o que ocorrer primeiro. A tratativa preliminar ainda depende, porém, de homologação da Justiça.

O acordo prevê a contratação de especialistas escolhidos pelo MPF para acompanhar o andamento de 41 programas de recuperação que já foram acertados entre as empresas e os governos federal, de Minas e do Espírito Santo. Além disso, determina a realização de 11 audiências públicas até abril em comunidades afetadas pelo desastre para que os moradores opinem nos termos do acerto final.

Ainda segundo o acerto, as empresas destinarão R\$ 200 milhões para reparação especificamente nos municípios de Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova, em Minas Gerais.

O acerto envolve duas ações civis movidas contra as empresas. A primeira, no valor de R\$ 20 bilhões, foi ajuizada pela União e pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em novembro de 2015. A segunda, de maio de 2016, foi iniciada pelo MPF e pede R\$ 155 bilhões.

Em paralelo, na área criminal, a Justiça Federal aceitou denúncia do MPF contra 21 pessoas da Samarco, Vale e BHP sob a acusação de homicídio com dolo eventual (quando se assume o risco de matar), inundação, desabamento, lesões corporais graves e crimes ambientais. As três empresas também foram denunciadas por crimes ambientais.

O rompimento da barragem da Samarco é considerado a maior tragédia ambiental do Brasil. Cerca de 35 bilhões de litros de rejeitos de minério vazaram do reservatório e mataram 19 pessoas, destruíram povoados e poluíram 650 km entre Mariana e o litoral do Espírito Santo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Marcelle Gutierrez

Título: Samarco faz acordo preliminar com o MPF

Foi estabelecida uma garantia de R\$ 2,2 bi para reparar danos causados por rompimento de barragem em 2015; peritos vão avaliar prejuízos.

A Samarco e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, assinaram ontem dois termos de ajustamento preliminar com o Ministério Público Federal (MPF), com garantias de R\$ 2,2 bilhões, para a reparação dos prejuízos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em novembro de 2015. O objetivo é definir os procedimentos e cronograma de negociações para um acordo final até 30 de junho. Segundo o fato relevante, enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o primeiro termo cria as bases para a conciliação em torno de duas ações civis públicas, que buscam estabelecer reparações e compensações socioeconômicas e socioambientais para os impactos do rompimento da barragem. A primeira ação pública tem valor de R\$ 155 bilhões e foi ajuizada pelo MPF, enquanto a segunda foi ajuizada pela União, pelos Estados de Minas e Espírito Santo e outras autoridades governamentais e tem valor de R\$ 20 bilhões. Ambas tramitam na 12.^a Vara Federal. Experts.

O primeiro termo prevê a contratação de peritos, escolhidos pelo Ministério Público e pagos pelas empresas, para fazer o diagnóstico e acompanhar o andamento dos 41 programas do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta firmado em 2 de março. Haverá ainda a realização de pelo menos 11 audiências públicas até 15 de abril – cinco em Minas, três no Espírito Santo, e as demais nas terras indígenas Krenak, Comboios e Caieiras Velhas. O MPF já informou que terá a assessoria de quatro organizações. A Lactec fará diagnóstico socioambiental; a Integratio, o diagnóstico socioeconômico e assistência aos atingidos. A Ramboll, por sua vez, será contratada para avaliar e monitorar os Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica, e o Banco Mundial ou outra entidade a ser posteriormente definida coordenará os trabalhos das outras três empresas.

O termo prevê ainda o compromisso da Samarco, da Vale e da BHP em dar ao juízo da 12.^a Vara Federal da Seção Judiciária de Belo Horizonte uma garantia de R\$ 2,2 bilhões para o cumprimento das obrigações de custeio e financiamento

dos programas de reparação socioambiental e socioeconômica decorrentes do rompimento da barragem até a celebração do termo de ajustamento final. Caso, após 30 de junho, estejam frustradas as negociações, o MPF poderá requerer ao juízo o restabelecimento de uma ordem de depósito de R\$ 1,2 bilhão, atualmente vigente na ação de R\$ 20 bilhões. O segundo termo assinado ontem estabelece o cronograma de recursos para programas de reparação nos municípios de Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova – no valor de R\$ 200 milhões. Os compromissos ainda dependem de homologação judicial.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Relacionamento

Mesmo em meio aos ajustes promovidos pela direção da Petrobrás, a brasileira Manserv, que presta serviços de manutenção industrial, facilities e logística, ampliou seus negócios com a estatal. Atendia quatro plataformas após lançar seu centro de serviços de manutenção e montagem para essas estruturas, em Macaé, no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2016. Mas já está com nove plataformas sob sua responsabilidade. De janeiro a setembro de 2016, a Manserv faturou R\$ 1,3 bilhão, 15% mais ante 2015.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mundo

Autor:

Título: Grafeno é transformado em supercondutor

Produzido pela primeira vez há quase 13 anos, o grafeno é considerado um material revolucionário por conta de suas propriedades físicas. A folha de carbono — com apenas um átomo de espessura — é extremamente forte, porém leve e flexível, e uma excelente condutora de eletricidade. De fato, o grafeno conduz energia melhor até do que o cobre, metal amplamente utilizado na fabricação de fios e equipamentos elétricos. Um estudo publicado ontem na revista Nature Communications deixa o uso do material ainda mais estratégico. Segundo o trabalho, ele pode conduzir muito bem a eletricidade e sem nenhum desperdício. Com o tratamento adequado, portanto, se transforma em um supercondutor.

Ao juntar a folha de carbono a uma substância chamada PCCO — óxido condutor formado pelos elementos praseodímio, cério e cobre —, os cientistas da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, ativaram a propriedade até

então oculta do grafeno. Pesquisas anteriores já constatavam a supercondutividade no material. Um estudo publicado em 2015 na revista Pnas, por exemplo, conseguiu o efeito ao misturar átomos de lítio à estrutura de carbono. A pesquisa atual, porém, utilizou outro método, colocando a folha de grafeno por cima do PCCO, enquanto uma corrente elétrica circulava pelo conjunto.

Nos estudos mais antigos, ou as características do grafeno foram drasticamente alteradas ou a supercondutividade observada teve origem no condutor já conhecido, não na folha de carbono. “Juntar o grafeno a um metal pode alterar dramaticamente as suas propriedades”, explica Angelo Di Bernardo, também líder da pesquisa. “O que você vê não é a supercondutividade intrínseca dele, mas apenas a do supercondutor sendo transferida.”

Agora, utilizando a técnica de microscopia de tunelamento com varredura — capaz de obter imagens de átomos e moléculas —, os pesquisadores conseguiram observar diferenças entre a supercondutividade do grafeno e do PCCO. “Isso foi um passo muito importante porque, a partir daí, sabemos que essa característica do grafeno não vem de fora do material e que o PCCO só é necessário para liberar a condutividade intrínseca”, afirma Jason. A descoberta pode abrir portas para o uso do material em computadores quânticos e circuitos eletrônicos de nível molecular.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Chuva melhora reservatórios no NE, mas nível segue baixo

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) prevê uma leve recuperação do nível dos reservatórios das hidrelétricas do Nordeste no fim deste mês. Apesar disso, o volume de estoque dos lagos das usinas da região continua baixo, em termos históricos, para o período do ano.

De acordo com o órgão, o índice de armazenamento das usinas da região, atualmente de 17% da capacidade, deverá fechar o mês com 18,7%. No mês, o nível de estoque das usinas nordestinas subiu 0,5 ponto percentual até o momento. As hidrelétricas de Sobradinho e Luiz Gonzaga, duas das principais usinas da região, que pertencem à Chesf, estão com 12,49% e 9,81% de armazenamento, respectivamente.

Na mesma época do ano passado, a situação era ainda pior. O nível de armazenamento das hidrelétricas nordestinas era de apenas 6,7%. Historicamente, janeiro é um mês de recomposição dos reservatórios, por ser

um dos mais volumosos do período úmido. Em janeiro de 2014, por exemplo, os reservatórios do Nordeste marcavam mais de 40% de acumulação.

A situação é semelhante no Norte, onde os reservatórios marcam 21% de armazenamento, com apenas 2,1 pontos percentuais de elevação em janeiro. Na mesma época do ano passado, os lagos das usinas estavam com 18,1%. A expectativa do operador é chegar ao fim do mês com 23,7%. Em 2014, por exemplo, os reservatórios do Norte marcavam 55% nessa época.

No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, os reservatórios estão com 33,9% de armazenamento, praticamente estável em relação ao início do ano, em contra 37% em igual período do ano passado. A expectativa do ONS é que os lagos das usinas alcancem a marca de 36,4% no último dia de janeiro.

Com relação ao Sul, os reservatórios estão com 69,1% de armazenamento, com queda acumulada de 0,8 ponto percentual no ano. Em igual período do ano passado, os lagos da usina da região registravam 95,6% de estoque, devido à ocorrência do fenômeno "El Niño", caracterizado por chuvas mais intensas no Sul e mais fracas no Norte. Para o fim de janeiro deste ano, a expectativa do ONS é que as usinas alcancem 68,8% de armazenamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner

Título: Regras do pré-sal recebem elogios em Davos

"As chances de atrair investimentos aumentaram substancialmente", afirmou ao Valor o diretor-geral da Agência Internacional de Energia (AIE), Fatih Birol. "As mudanças em andamento dão um arcabouço mais flexível e interessante para os leilões."

O governo brasileiro se esforça para realizar até quatro licitações neste ano, incluindo duas no pré-sal - pelo regime de partilha - e a 14ª rodada de concessões, que oferecerá 291 blocos no mar e em terra. Está prevista ainda uma "rodadinha" com acumulações marginais em pequenos blocos.

A nova lei que desobriga a Petrobras de operar os campos do pré-sal, além de manter pelo menos 30% de participação acionária, foi vista como um avanço de forma praticamente unânime.

"Houve um reconhecimento de que o Brasil precisa de capital de risco e investimento em grande escala para desenvolver o pré-sal. A Petrobras não tem como fazer isso sozinha", afirma Daniel Yergin, vice-presidente da consultoria

IHS Markit e ganhador do Prêmio Pulitzer com um livro que narra a saga da indústria do petróleo desde seus primórdios.

Para ele, o pré-sal é grande demais para ficar tão concentrado em uma única companhia. Em última instância, segundo o especialista, a maior abertura do mercado agora se assemelha ao processo de liberalização vivido pelo Brasil no fim dos anos 1990.

Yergin avalia que a obrigatoriedade de operação pela Petrobras representava "uma tremenda pressão de custos" para a estatal. Ele entende o contexto em que essa exigência foi criada, mas ressalta que o mundo não é mais o mesmo. "Quando essas políticas foram colocadas em prática, via fartura de capital fluindo pelo planeta. Hoje, os investimentos estão mais seletivos", completa Yergin, lembrando que o México foi mais ágil em se adaptar e tirou proveito do interesse das petroleiras em seus últimos leilões.

Ainda falta, porém, mexer nas regras de conteúdo local. Birol, da AIE, enfatiza a necessidade de flexibilização. "Países como o Brasil precisam desenvolver sua indústria de fornecedores, mas isso não pode se transformar em um obstáculo para as atividades de exploração. Eu não eliminaria totalmente as exigências de conteúdo nacional, mas afrouxá-las com certeza teria efeitos positivos", afirma o diretor da agência.

Esse parece ser o caminho perseguido. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, diz que duas alterações estão sendo analisadas no governo. Uma é a introdução do índice global, em vez de item por item, para equipamentos e serviços nacionalizados. Outra é o fim das propostas de conteúdo local como critério de pontuação nos leilões. Esses compromissos podem garantir a vitória de uma ou outra empresa. O problema é que muitas vezes não são cumpridos e viram letra morta, apesar da aplicação de multas pela Agência Nacional do Petróleo.

De acordo com o ministro, uma revisão das exigências de conteúdo local e a prorrogação do Repetro (regime aduaneiro especial para a importação e exportação de bens) até 2039 devem sair até meados de fevereiro.

Coelho Filho se disse "bastante animado" com os contatos feitos em Davos. Ele esteve com os CEOs da Shell, da Total, da Maersk Oil e do braço de petróleo da General Electric. Explicou que a tentativa de antecipar de 2018 para novembro ou dezembro de 2017 mais uma rodada do pré-sal tem como objetivo justamente atrair novos investidores.

A segunda rodada, que o governo pretende realizar em junho ofertará apenas áreas unitizáveis - ou seja, jazidas que se estendem para campos ainda não

licitados. "Como tem que ter um acordo sobre a liderança do consórcio, elas muito possivelmente ficarão nas mãos das operadoras atuais. Para atrair novas empresas e movimentar mais o mercado brasileiro, é preciso leiloar outras áreas", afirmou o ministro.

Para a Petronas, da Malásia, tudo aponta na direção de sucesso dos próximos leilões com as mudanças que estão sendo feitas no Brasil. "Os movimentos tomados são um passo na direção certa", diz o vice-presidente-executivo, George Ratilal. Ele só faz uma ressalva: com o barril entre US\$ 50 e US\$ 60, as petroleiras não estão com dinheiro de sobra e precisam analisar projeto por projeto no mundo, analisando custos e perspectivas de retorno em cada país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: ANP espera interesse por campos inativos

A 4ª rodada de licitações de áreas com acumulações marginais, em maio, poderá gerar investimentos iniciais de R\$ 9,8 milhões na reabilitação dos nove campos inativos ofertados. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) publicou ontem o edital do leilão.

A rodada ofertará nove áreas inativas: Garça Branca e Rio Mariricu (Espírito Santo); Araçás Leste, Itaparica, Jacumirim e Vale do Quiricó (Recôncavo); e Iraúna, Noroeste do Morro Rosado e Urutau (Potiguar). O campo de Itaparica vai demandar o maior programa de trabalho inicial, com investimentos obrigatórios estimados pela agência em R\$ 2,8 milhões durante a fase de reabilitação da área.

O bônus mínimo de assinatura das nove áreas a serem ofertadas totaliza R\$ 450 mil. De acordo com a ANP, a contratação prevê a estruturação de atividades de reabilitação e produção de petróleo e gás natural em áreas inativas com acumulações marginais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: José M. de Moraes

Título: Petrobras, crise, tecnologia e recordes na produção

Os últimos três anos marcaram o período mais difícil da história da Petrobras. As revelações da operação Lava-jato, em 2014, mostraram a existência de um grande esquema de corrupção dentro da companhia. Por meio de contratos

superfaturados, empresas construtoras, partidos políticos e ex-diretores vinham atuando desde 2004, desviando bilhões de reais. As demais perdas que a Petrobras sofreu desde então foram provocadas pela má gestão dos negócios, como os prejuízos na construção de quatro novas refinarias, no Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Maranhão, e perdas de mais de US\$ 40 bilhões, entre 2011 e 2014, como resultado dos controles artificiais dos preços da gasolina e do diesel, mantidos a preços abaixo dos custos de importação.

Além disso, as políticas públicas adotadas pelo governo federal após as descobertas de petróleo no pré-sal concentraram as explorações, a partir de 2010, na Petrobras (uma espécie de restabelecimento do monopólio da Companhia), que somadas aos compromissos com a construção das novas refinarias e os demais investimentos elevaram sua dívida líquida de US\$ 8,7 bilhões, em 2006, para US\$ 106,2 bilhões, em 2014, ou seja, crescimento de 12 vezes, provocando deterioração em seus índices de endividamento. Como consequência desses desequilíbrios, os investimentos da Petrobras tiveram que ser ajustados, após 2014, com quedas acentuadas: de US\$ 220,6 bilhões previstos para o período 2014-2018, foram reduzidos para US\$ 74,1 bilhões em 2017-2021, com consequências perversas em perdas de renda e de empregos no Brasil.

Porém, enquanto a Petrobras era atingida por crises financeira, ética, de gestão e de credibilidade, uma trajetória firme de avanços tecnológicos - que vem marcando sua história desde as descobertas de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, nas décadas de 1980-1990 -, continuava nos laboratórios da companhia. A própria descoberta de petróleo no pré-sal somente foi possível pelos conhecimentos tecnológicos em exploração que a Petrobras acumulou nas décadas anteriores.

Após descobrir petróleo no pré-sal, em 2006, na área de Tupi, na bacia de Santos, em águas marítimas de 2.126 metros de profundidade, a Petrobras e as empresas consorciadas nas explorações realizaram testes de produção para a verificação das condições geológicas e a composição química do petróleo nos reservatórios do pré-sal. Os testes indicaram que os padrões eram radicalmente diferentes e mais complexos comparados aos campos do pós-sal da bacia de Campos, onde a Petrobras produz petróleo desde a década de 1970.

As dificuldades estavam relacionadas a: localização das jazidas em profundidades de até 5 mil metros abaixo do solo marinho, em rochas pouco conhecidas e estudadas no Brasil; necessidade de perfuração de poços com até 7 mil metros de extensão, incluindo camadas de sal com até 2 mil metros de espessura; grandes distâncias dos reservatórios de petróleo do litoral, de até 300 km; alta presença de gases poluentes nos hidrocarbonetos, como o gás carbônico (CO₂) e o gás sulfídrico (H₂S), e altas pressões e baixas temperaturas

no ambiente submarino, que exigiam o desenvolvimento de equipamentos adaptados a essas condições.

Para a obtenção das soluções técnicas demandadas pelo pré-sal, a Petrobras intensificou esforços em pesquisas em seu Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes) e em convênios com universidades e instituições científicas dedicadas a pesquisas em petróleo e gás. Foram investidos desde as descobertas no pré-sal, até 2014, US\$ 1 bilhão ao ano, em média, em pesquisas no Cenpes e em laboratórios de mais de 100 universidades e centros de pesquisa no Brasil. Antes do pré-sal, os investimentos em pesquisas correspondiam a US\$ 280 milhões ao ano, em média (2003-2005).

Com volumes tão grandes de recursos aplicados em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovações (P,D&I), como medir os resultados desse esforço? Em primeiro lugar, pelo que foi obtido em termos de melhoria das condições técnicas e de reduções de custos nas explorações e na produção no pré-sal, como mostram os seguintes exemplos: diminuição em 60% no tempo de perfuração de poços de petróleo em comparação aos primeiros poços do pré-sal; o poço submarino mais profundo do mundo com injeção de gás com CO₂; a primeira utilização de injeção alternada de água e gás em águas ultraprofundas para aumentar a produção de petróleo; o poço mais profundo já perfurado com a nova técnica PMCD, por meio de uma sonda de posicionamento dinâmico, entre centenas de outras inovações.

Os resultados das novas tecnologias, ao lado dos investimentos realizados nos novos campos de petróleo, estão sendo demonstrados pelo aumento progressivo da produção de petróleo no pré-sal que, apenas seis anos após o início da produção comercial (em 2010), atingiu, em 2016, 1,02 milhão de barris/dia, ou 47% da produção diária total de petróleo da Petrobras. Com aumento de 33% sobre a produção do ano anterior, esse resultado no pré-sal permitiu à Petrobras alcançar, em 2016, seu recorde histórico na produção total de petróleo, isto é, 2,14 milhões de barris/dia.

Os avanços tecnológicos da Petrobras e os conhecimentos acumulados em seu Centro de Pesquisas devem ser vistos, portanto, como ativos cruciais para a superação das atuais dificuldades financeiras, ao fornecer o necessário suporte técnico para o aumento da produção de petróleo e gás natural, como vem sendo demonstrado nos anos do pré-sal e também em toda a história da companhia. A engenharia financeira que está sendo aplicada para diminuir o peso da ainda elevada dívida constitui o outro lado da moeda para que a Petrobras volte a apresentar índices de endividamento saudáveis e o retorno da credibilidade e dos lucros, após o afastamento das causas de seu desequilíbrio financeiro.

José Mauro de Moraes é pesquisador do Ipea. Autor de "Petróleo em Águas Profundas" e "Petrobras: uma história das explorações de petróleo em águas profundas e no pré-sal".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Ivo Ribeiro

Título: Usiminas vai iniciar ação de arbitragem contra sócia

O presidente da Usiminas, Rômelo de Souza, afirmou que vai iniciar um processo de arbitragem contra sua sócia Sumitomo Corporation. A razão do conflito é o fato de o grupo japonês ter negado aprovar uma redução de capital de R\$ 1 bilhão na Mineração Usiminas (Musa), produtora de minério de ferro da qual detém 30% do capital. A Usiminas é dona de 70%.

Na assembleia geral extraordinária (AGE) da Musa no dia 10 deste mês, a Sumitomo votou contra a proposta. Se aprovada, seriam distribuídos R\$ 700 milhões à Usiminas e R\$ 300 milhões a ela. Para a siderúrgica, os recursos são essenciais, pois eram parte das exigências dos credores na renegociação de suas dívidas, no ano passado.

A Usiminas julgou que convocar a AGE seria uma forma de acelerar o processo, ou demonstrar a necessidade da companhia, disse Souza, em entrevista ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, em São Paulo. Reconduzido ao cargo em outubro por decisão da Justiça, ele começa 2017 com essa missão, considerada difícil. O caso parecia mais simples do que se mostrou.

O Valor apurou que, caso o caixa da Musa não seja acessado, o acordo com os bancos segue valendo. O termo é uma cláusula restritiva do contrato, o chamado "covenant" - se não for obedecido, os detentores têm o direito de pedir o vencimento antecipado. Caso a Sumitomo permaneça irredutível, a intenção da Usiminas seria já iniciar as conversas para um "waiver" - perdão por ter quebrado a promessa. Souza não quis falar sobre essa informação.

"Vamos acessar esse capital", garantiu. "Temos de melhorar nosso poder de convencimento e aprofundar mais as conversas." A arbitragem terá lugar na filial do Rio de Janeiro da Câmara de Comércio Internacional (CCI), de Paris. Em paralelo, as conversas com o grupo japonês continuam e a siderúrgica já busca uma nova reunião.

Para fontes conhecedoras do caso e de como pensam os grupos japoneses, a missão de Souza deve ser mais difícil do que parece. A Sumitomo estaria preocupada em assumir um risco desnecessário de insolvência com o dinheiro

que restaria em caixa - R\$ 300 milhões. Além disso, o processo estaria sendo conduzido de maneira unilateral pela Usiminas.

A tradição de companhias japonesas é de uma postura mais conservadora e de visão de longo prazo dos negócios. O que a Usiminas quer é retirar R\$ 1 bilhão do caixa da Musa, é a avaliação. A empresa é sólida financeiramente, com dívida de apenas R\$ 12 milhões, segundo balanço de 2015. Mas o que preocuparia os japoneses, apurou o Valor, seriam potenciais obrigações com fornecedores, por exemplo. Procurada, a Sumitomo informou que não comenta o assunto.

Há ainda outra questão. A Lei das SAs determina que uma redução de capital requer 60 dias para que alguém com conta a receber possa exigir o pagamento imediato. A Musa tinha em 2015, além da dívida bancária, acordo com a MRS de compensação por não utilização do transporte de minério, suspenso devido falta de competitividade para exportar. São dez parcelas anuais de R\$ 31,5 milhões.

Uma das possibilidades, além da redução de capital, é o empréstimo intercompanhia. "O problema é que seria uma dívida subordinada, com os mesmos termos que se contrata com bancos no mercado", explica Souza. Em última instância, ele afirma que o importante para os credores é a entrada de R\$ 700 milhões, por qualquer via.

Sobre o mercado brasileiro de aço, o executivo disse esperar alta de 3% a 4% do consumo no Brasil em 2017. "Mesmo assim, acredito que vai demorar no mínimo cinco anos para que nós voltemos ao mercado de 2013", opinou. Foi quando a demanda atingiu 28 milhões de toneladas. Em 2016, foi de 18,2 milhões de toneladas.

"Nesse cenário, nos é exigida uma disciplina maior. Temos que controlar o caixa, mesmo que apareçam oportunidades, precisamos resistir às tentações de expansão." Também vê pouco espaço na exportação. A Usiminas sofre com sobretaxas nos EUA e investigação na União Europeia. "O Reintegra [programa de retorno de resíduo tributário do governo] em 5% melhoraria, mas não solucionaria."

A Usiminas pode também ganhar com rentabilidade. A companhia já enxugou custos, principalmente ao paralisar a área primária de Cubatão (SP), e agora busca eficiência máxima em processos. Ao mesmo tempo, aplicou seis reajustes em menos de um ano e conseguiu, após dois anos, elevar preços para as montadoras. "Já fui da área comercial e negociava com o setor", lembra o executivo, com mais de 40 anos de casa. "São de três a quatro meses de uma negociação extremamente dura".

A reestruturação financeira da Usiminas, além do acordo da dívida, aumento de capital de R\$ 1 bilhão e o potencial dinheiro da Musa, prevê venda de ativos. Souza reafirmou que a controlada Usiminas Mecânica, fabricante de bens de capitais, segue à venda.

Com quase um ano sem propostas de compra, o mercado já acreditava que o desinvestimento havia sido deixado de lado. O negócio segue na prateleira, disse, a cargo do Credit Suisse em encontrar um interessado, que não apareceu no cenário de crise econômica do país. "Está claro para nós que a Usiminas Mecânica não faz parte dos nossos negócios estratégicos. Mesmo que nossa situação financeira melhore e os recursos não sejam exatamente necessários, continua à venda. Não ficará em nossa estrutura", garantiu o executivo.

O mercado calcula que o ativo consiga garantir, no máximo - "sendo otimista", segundo fonte - R\$ 500 milhões à Usiminas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Ternium e Nippon vão buscar acordo

A Nippon Steel & Sumitomo Metal e a Ternium - Techint, acionistas controladores da Usiminas, marcaram uma reunião para a primeira quinzena de fevereiro na busca de tentar uma resolução para o conflito societário que já dura quase três anos, informou o grupo ítalo-argentino. A Nippon confirma a reunião, mas diz que a data ainda deve ser definida.

De acordo com a Ternium, os dois lados concordam que é possível tanto a proposta de alternância no comando executivo como uma cláusula de resolução de conflitos, ambos os termos serem inclusos no acordo de acionistas. A discórdia, todavia, parece de difícil solução. A Nippon já havia concordado que Sergio Leite retornasse à presidência caso a alternância de gestão seja aceita. Mas a Ternium é totalmente contrária à ida de Rômelo de Souza para o conselho de administração.

"Ele [Souza] é considerado inexperiente, não tem o aval do conselho, apresentou sucessivos resultados financeiros negativos, piorou a situação da Usiminas frente a seus concorrentes e conduziu uma falida negociação pelo caixa da Musa [Mineração Usiminas]", diz a Ternium, em nota.

Para a Nippon, porém, Souza é o melhor nome, inclusive no cargo de presidente. "Foi graças ao sr. Souza que a Usiminas conseguiu, no ano passado, renegociar suas dívidas com bancos credores, evitando que a companhia tivesse

de decretar falência", disse em nota. E considera "inaceitável" a recusa da Ternium em relação a Souza no conselho.

Conselheiros representantes da Ternium, minoritários, aposentados e funcionários, em maio, elegeram Leite presidente da Usiminas, substituindo Souza. A Nippon foi contrária e dois conselheiros da CSN se abstiveram. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em outubro, considerou ilegal a eleição e reconduziu Souza ao cargo.

A Ternium acredita ser necessária uma cláusula estatutária para resolver conflitos na empresa, o que não necessariamente significa a "roleta russa", termo usado pela Nippon para se referir à proposta. "É importante deixar claro que a proposta da Ternium não tem como objetivo que um dos sócios saia da empresa. Em caso de impasse, entendemos que é necessário um mecanismo que defina um sócio para conduzir a gestão da companhia e que o outro participe e apoie com a sua expertise", diz.

A Nippon vê como fundamental a cláusula de alternância. Para os japoneses, esse é o ponto principal de resolução das desavenças entre os dois lados, começando com Leite como CEO, enquanto Souza seria o chairman.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas e Francisco Góes

Título: BHP, Vale e MPF assinam ajuste preliminar sobre Samarco

A Vale, a BHP Billiton e a Samarco anunciaram ontem dois Termos de Ajustamento Preliminares com o Ministério Público Federal (MPF) envolvendo o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, em 5 de novembro de 2015. Na prática, os acordos evitam a necessidade de realizar um aporte de R\$ 1,2 bilhão exigido pela Justiça Federal de Minas Gerais e que deveria ter sido feito ontem.

O primeiro termo de ajustamento define um cronograma de negociações para a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Final que deve ocorrer até 30 de junho e cria as bases para compensações pelos impactos do rompimento da barragem. O acordo abarca duas ações civis públicas que tramitam na 12ª Vara Federal de Belo Horizonte. A primeira, de R\$ 20 bilhões, impetrada pela União, pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e outras autoridades governamentais e sobre a qual já se havia chegado a um acordo prévio que previa o pagamento em 15 anos, de cerca de R\$ 11,5 bilhões. A homologação deste acordo, no entanto, foi suspensa pela Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Outra ação abarcada nesse primeiro termo de ajustamento foi ajuizada pelo próprio MPF e tem o valor de R\$ 155 bilhões. Neste caso, ainda não houve decisão ou acordo envolvendo a causa.

Esse primeiro termo de ajustamento prevê a contratação de especialistas escolhidos pelo MPF e pagos pelas empresas para fazer o diagnóstico e acompanhar os 41 programas do acordo fechado no âmbito da ação ajuizada pela União e pelos dois Estados e a realização de onze audiências públicas até 15 de abril de forma a permitir a participação das comunidades na definição do conteúdo do termo final.

Em relação aos recursos que deveriam ter sido desembolsados ontem, o acordo prevê que as três companhias apresentem garantias de R\$ 2,2 bilhões que supram as obrigações de custeio de financiamento de programas de compensação até a celebração do termo final prevista para junho. Deste total de R\$ 2,2 bilhões em garantias, serão R\$ 100 milhões em aplicações financeiras, R\$ 1,3 bilhão em seguro garantia e R\$ 800 milhões em ativos da Samarco. Com isso, praticamente não haverá desembolso de caixa por parte da Vale. A mineradora brasileira e a BHP Billiton controlam a Samarco por meio de uma joint venture. Caso as negociações para o termo final não terminem em acordo até 30 de junho, o Ministério Público Federal poderá pedir para a 12ª Vara Federal de Belo Horizonte o restabelecimento do depósito de R\$ 1,2 bilhão.

O segundo termo de ajustamento estabelece um cronograma para liberação de R\$ 200 milhões para o programa de reparação nos municípios mineiros de Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova.

Ontem, as ações da Vale seguiram o comportamento do Ibovespa e fecharam em queda. As ordinárias recuaram 1,99%, cotadas a R\$ 31,47, enquanto as preferenciais classe A caíram 2,55%, cotadas a R\$ 28,69. Apesar da queda nas ações, analistas viram pontos positivos nos acordos anunciados ontem. O Deutsche Bank, em relatório aos clientes, apontou o baixo valor estabelecido como adiantamento para o fundo de reparação dos danos, a aprovação pelos promotores do relatório de auditoria independente e o cronograma estabelecido para resolver a questão como pontos positivos do acordo.

Para os analistas Rene Kleyweg e Chris Terry, apesar de o acordo ser preliminar e não definitivo, já representa uma possibilidade de progredir no assunto. O banco tem recomendação de compra para as ações da Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito****Título: Chesf busca vender ativos para reequilibrar despesas**

Maior geradora de energia do país, com um parque de mais de 10 mil megawatts (MW) de capacidade instalada, a Chesf, braço da Eletrobras com forte atuação no Nordeste, possui um conjunto de empreendimentos que poderão ser vendidos a partir deste ano. Segundo o novo presidente da companhia, Sinval Gama, esse grupo de ativos envolve participações parciais ou integrais em usinas hidrelétricas, eólicas e solares e linhas de transmissão.

O objetivo, explicou Gama ao Valor, é levantar recursos para executar obras que estão em andamento e, ao mesmo tempo, reduzir o número de projetos dos quais a companhia tem compromisso firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para implantar. São empreendimentos arrematados em leilões de geração e de transmissão. Segundo ele, os projetos em andamento ou a serem construídos dos quais a Chesf faz parte vão exigir R\$ 2 bilhões de investimentos em 2017.

"Estamos com um conjunto de empreendimentos que vamos desmobilizar. Vamos buscar dinheiro. Fizemos aqui um elenco de empreendimentos. Vamos tentar achar compradores. E esse conjunto de empreendimentos pode entrar no meu caixa, que me dê fôlego de fazer obras que eu já me comprometi, mas não tenho receita", afirmou Gama ao Valor.

"Temos um conjunto de usinas hidráulicas em construção, eólicas, linhas de transmissão e usinas solares, tanto em parceria quanto corporativo [próprias]. Eu tenho um elenco [de projetos] e todo dia aumenta, porque estamos recebendo autorização da Aneel e temos que fazer. Estamos com uma carteira. Precisamos de R\$ 2 bilhões em 2017 para tocar essas obras", completou ele.

Segundo Gama, a partir de segunda-feira, ele vai iniciar uma rodada de reuniões com BNDES, Caixa e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para buscar recursos para tocar as obras. Ele considera ainda a possibilidade de emitir debêntures de infraestrutura.

Outra saída, destacou ele, é buscar empresas para desenvolver em conjunto ou a Chesf ceder integralmente projetos que ainda não saíram do papel mas dos quais a estatal já se comprometeu a realizar. "Temos alguns projetos que não começamos, estamos atrasados, mas que vislumbramos que podemos desmobilizá-los, arrumar sócios e nos tirar da pressão de ter que fazê-los", explicou. O caso é semelhante ao que a coligada Eletrosul está fazendo, ao

negociar a transferência de um ativo de transmissão ainda não construído com a chinesa Shanghai Electric.

Gama contou que as receitas operacionais da Chesf hoje são menores do que as despesas. "Vamos diminuir despesas operacionais", afirmou. Nessa linha, ele contou que a companhia vai "incentivar desligamentos" de funcionários, mas não forneceu mais detalhes sobre o assunto.

Funcionário de carreira da Chesf, Gama já atuou como diretor técnico das distribuidoras Ceron (RO) e Cepisa (PI) e já foi nomeado pela Aneel presidente da Cemar (MA) e de cinco distribuidoras em São Paulo e Paraná, do então grupo Rede, durante o período de intervenção da autarquia nessas empresas. Mais recentemente, Gama foi superintendente da área internacional da Eletrobras e, posteriormente, diretor-presidente da Celg Distribuição (Celg D).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Revisão vai ajudar Light a reduzir seu nível de endividamento

O aumento médio de 12,36% proposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para as tarifas de energia da Light, a partir de março, vai ajudar a desalavancar financeiramente a distribuidora fluminense. Segundo a presidente da companhia, Ana Marta Veloso, com a nova tarifa, o nível de endividamento (medido pela relação dívida líquida com Ebitda) em 12 meses sairá do patamar próximo aos covenants (limites que, se forem descumpridos, podem acionar o pagamento antecipado de dívida) para um número um pouco acima da média do setor.

O processo de revisão tarifária da Light é fruto de um pleito da concessionária de assinar o aditivo aos contratos de concessão, com novas e mais elevadas exigências de qualidade de serviço e de indicadores financeiros.

A assinatura do aditivo possibilitará a antecipação, de novembro de 2018 para março deste ano, da revisão das tarifas da Light. Na prática, serão reconhecidos na tarifa agora investimentos feitos pela empresa nos últimos anos, como os investimentos realizados em estrutura de energia para atender a Olimpíada de 2016, no Rio. Com o processo, os reajustes anuais da Light passarão a ser em março.

Segundo a Aneel, o aumento médio de 12,36% inclui, além do reconhecimento desses investimentos recentes, as despesas com a remuneração às

transmissoras por indenização de investimentos feitos em ativos antigos e ainda não amortizados, que terá início em junho, entre outros itens.

Ana Marta, que participou ontem de audiência pública sobre o processo de revisão tarifária da empresa, ressaltou que, se for considerado o movimento junto com o reajuste tarifário anual aplicado pela Aneel em novembro de 2016, o efeito para o consumidor residencial é de uma queda de 4,2%.

Com relação à tarifa das distribuidoras, José Jurhosa Júnior, diretor da Aneel, explicou que o trabalho da agência é definir uma tarifa justa. "Tarifa justa não é uma tarifa barata. Mas é aquela que cubra os custos e que melhor represente o serviço que a distribuidora propõe oferecer", disse.

Com relação ao índice de perdas de energia, um dos principais problemas da área de concessão da Light, a Aneel informou que o indicador da companhia está em 24%, contra os 20% determinados pela autarquia. Segundo a distribuidora, as perdas totais da empresa são influenciadas principalmente pelas perdas comerciais, os chamados "gatos", em áreas dominadas pelo tráfico de drogas. De acordo com a Light, 23% de todo o volume de energia furtado no país ocorrem na área de concessão da distribuidora. O volume total de energia furtada da Light equivale ao consumo de energia de todo o Estado do Espírito Santo durante um ano.

"A Light está fazendo a parte dela. Estamos trabalhando muito para reduzir as perdas", afirmou a presidente da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e André Ramalho

Título: Liminar de estaleiros para licitação da Petrobras

A divergência entre os estaleiros nacionais e a Petrobras sobre o conteúdo local da plataforma do campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, ganhou novos desdobramentos. Em decisão recente, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª região, em Brasília, concedeu liminar ao Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) suspendendo licitação aberta pela estatal para contratar a unidade de produção do projeto piloto de Libra, prevista para 2020.

A liminar foi concedida até que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) se manifeste sobre o pedido de perdão pelo não cumprimento dos índices de conteúdo local ("waiver", em inglês) apresentado pela Petrobras. O contrato de partilha de Libra prevê índices de nacionalização de 55% para a fase de

desenvolvimento da produção, mas o Valor apurou que a estatal pede redução nos percentuais para uma série de bens e serviços.

Para a construção e montagem dos módulos, por exemplo, a Petrobras propõe uma redução nos índices de conteúdo local de 75% para 26%, enquanto para o serviço de engenharia básica das plantas da plataforma a redução proposta é de 90% para 27%.

A estatal vai recorrer, ainda este mês, da decisão do TRF. A demora na apresentação do recurso se deve ao fato de que a estratégia de defesa precisa ser articulada com os demais sócios do consórcio de Libra - formado também pela Total, Shell e pelas chinesas CNPC e CNOOC. A estatal Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA) também participa do comitê operacional de Libra.

Na ação movida pelo Sinaval, aparecem como réus a Petrobras, a União, a PPSA e a ANP. A ANP disse, em nota, que não se manifestaria sobre a ação do Sinaval.

Toda a discussão com os estaleiros foi motivada a partir da tentativa da Petrobras de obter da ANP um "waiver" dos compromissos do conteúdo local para as plataformas de Libra e Sépia. O Sinaval considera que a decisão da petroleira é prejudicial à indústria local.

A ANP já havia informado anteriormente que o pedido da petroleira passará por processo de audiência pública, mas não deu prazos para a realização da consulta. Em relação à unidade de Sépia, o pedido está sob análise na agência. Enquanto Libra vai operar no regime de partilha, Sépia faz parte da chamada cessão onerosa.

O "waiver" é um mecanismo previsto em contrato, quando não há disponibilidade de fornecedores nacionais que atendam a demanda por um serviço dentro do prazo, custo e qualidade.

No agravo instrumental consta que a primeira licitação aberta pela Petrobras para contratação da plataforma foi cancelada porque os fornecedores nacionais apresentaram preços 40% acima da média do mercado internacional. O presidente do Sinaval, Ariovaldo Rocha, contudo, diz que a estatal não apresenta informações que comprovem o argumento. "Uma vez mais, repetiu-se o procedimento adotado pela Petrobras de destinar o convite exclusivamente às empresas estrangeiras, sem a participação das empresas brasileiras", prega o Sinaval, na ação.

Na semana passada, a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Solange Guedes, disse que o "waiver" é essencial para viabilizar Libra. "No limite, não há projeto sem o 'waiver'", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Neil Hume****Título: China eleva produção e cotação de carvão cai**

Os preços do carvão de coque, que tiveram o melhor desempenho em 2016 entre as commodities mais negociadas, vêm mostrando um início de ano fraco, depois de as minas chinesas terem correspondido às pressões de Pequim para elevar a produção.

As cotações do carvão, usado na produção de aço, chegaram às alturas em 2016, depois de o governo da China ter imposto restrições à produção com a ideia de melhorar os lucros de seu setor carvoeiro, altamente endividado.

As limitações à produção levaram o preço do carvão de coque a mais do que quadruplicar e a superar os US\$ 300 por tonelada em dezembro, um patamar que não se via desde 2011. Também impulsionaram o preço do carvão térmico, usado em usinas termoeletricas para produzir eletricidade, e os lucros de grandes produtoras internacionais, como a Anglo American, a Teck Resources e a Glencore.

A grande alta das cotações, no entanto, provocou apreensão entre as usinas siderúrgicas e as grandes empresas de geração de eletricidade. As autoridades em Pequim decidiram, então, relaxar gradualmente as restrições ao número de dias de trabalho por ano permitidos em centenas de minas, que assim tiveram autorização para produzir mais até março, fim da temporada do inverno chinês, quando aumenta o uso da calefação.

"Quando as autoridades chinesas deram o sinal verde para reverter a restrição de dias de trabalho nas minas de carvão de 276 para 330 [por ano], o mercado teve um lento crescimento na oferta de carvão de coque doméstico", segundo relatório recente da firma The Steel Index (TSI), que faz avaliações de preços no setor.

As minas domésticas, encorajadas pela Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento, a agência de planejamento estatal chinesa, aumentaram lentamente a produção, pressionando os preços para baixo, tanto dentro como fora do país, de acordo com analistas.

"A oferta doméstica está subindo", disse Stephen Duck, consultor sênior na firma de consultoria CRU. "Você pode ver isso bem claramente no carvão térmico, cujos estoques chineses aumentaram." No lado da demanda, muitas siderúrgicas na China já estavam com bons estoques para o inverno.

Na terça-feira, o carvão de coque duro australiano, de alta qualidade, para entrega na China foi avaliado em US\$ 180 por tonelada pela TSI. Por sua vez, o carvão térmico, que chegou a US\$ 110 por tonelada em 2016, era negociado em torno a US\$ 82 por tonelada.

As pressões não vêm apenas do mercado doméstico, acrescentou Duck. Impulsionadas pelo aumento nos preços, as exportações dos Estados Unidos para a China subiram em dezembro. Produtores como a Drummond Coal, a Warrior Met Coal e a Blackhawk trabalharam com "turnos adicionais" para tentar aproveitar a alta dos preços.

Em relatório recente, o Barclays calculou que há uma capacidade desativada de produção potencial de carvão de coque de 30 milhões de toneladas nos EUA, a maior parte colocada fora de serviço em 2015, quando o preço médio da commodity caiu para apenas US\$ 105 por tonelada.

Na Austrália, Canadá e Moçambique, minas desativadas quando o carvão de coque caiu abaixo de US\$ 100 em 2015, foram recolocadas em operação, elevando a pressão no lado da oferta.

Além disso, a temporada de ciclones até agora não teve incidentes para o setor de carvão de coque australiano. O receio de que inundações pudessem provocar uma escassez de oferta levaram a Glencore, uma grande produtora, e a Nippon Steel a acertar em dezembro um preço de US\$ 285 por tonelada para as remessas de carvão de coque no primeiro trimestre.

Analistas preveem que as autoridades na China vão tentar manter os preços em uma faixa que garanta a lucratividade do setor, mas não prejudique tanto as grandes siderúrgicas e as geradoras de eletricidade. Isso sinaliza que o "Bohai-Rim", o carvão térmico doméstico referencial na China, cujo conteúdo de energia é de 5.500 kcal/kg, deverá ser negociado entre 470 e 600 yuans (US\$ 69 a US\$ 88) por tonelada, com intervenções sempre que o preço sair dessa faixa por um período longo, segundo Duck.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Ex-acionistas da Destivale levam Raízen à Justiça

A Raízen Energia, joint venture entre Cosan e Shell, responde a um processo na Justiça paulista de "enriquecimento sem causa" que pode levá-la a ter de tirar cerca de R\$ 100 milhões de seu caixa.

O valor é referente a seis parcelas anuais de precatórios devidos pela União aos antigos donos da usina Destivale, de Araçatuba, e seus herdeiros, adquirida pela Cosan em 2005. Pelo acordo de aquisição firmado na época, a Cosan deveria repassar aos ex-acionistas as parcelas dos precatórios, descontando o valor de honorários e tributos. Os repasses, porém, nunca foram feitos, segundo os autos do processo.

Os precatórios são referentes a ações movidas contra a União pela fixação de preços na época do Instituto do Açúcar e do Alcool, que, segundo os ex-acionistas, gerou um faturamento abaixo do potencial do mercado. Entre os ex-acionistas que movem a ação estão membros das famílias Manarelli, Picoloto, Gottardi, Moraes e Rocha.

Até o momento, já entrou no caixa da Raízen Energia - que assumiu o registro como pessoa jurídica da usina quando foi criada pela Cosan junto com a Shell -, segundo autos do processo, pouco mais de R\$ 65 milhões sem correção monetária, de um total devido pela União de R\$ 80,671 milhões.

Os ex-acionistas da Destivale dizem, no processo, que o valor devido pela Raízen, com correção monetária e juros de mora até agosto de 2016, soma cerca de R\$ 120 milhões.

A empresa reconhece que é devedora dos repasses, mas afirma que é preciso descontar os valores dos honorários e de impostos que incidiram sobre o que entrou em seu caixa, como PIS, Cofins, Imposto de Renda e CSLL. "A Raízen já pagou honorários e tributos, por isso acredita que não há razão para pagamento aos ex-acionistas na forma pleiteada", afirmou a empresa, em nota ao Valor.

Um parecer técnico elaborado em novembro de 2016 pela consultoria Porto&Reis a pedido da Raízen e obtido pelo Valor indica que o valor líquido que a joint venture recebeu até então foi de R\$ 76,2 milhões, mas teria que repassar R\$ 66 milhões.

Procurada, a defesa dos ex-acionistas argumentou que a Raízen nunca deveria ter recolhido impostos sobre essas parcelas porque esses valores "não integram o patrimônio da empresa", mas são recurso de terceiros e não seriam passíveis de tributação. O argumento é subsidiado por um parecer da consultoria Grant Thornton. Segundo a defesa, os ex-acionistas seriam os responsáveis pelo recolhimento dos impostos.

Embora a disputa esteja tramitando em primeira instância, a defesa dos ex-acionistas entrou com um recurso no fim de 2016 pedindo que a Justiça sequestre as próximas parcelas e os valores já repassados. O recurso chegou ao ministro Luis Felipe Salomão, do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que, em 12

de dezembro, julgou que a companhia deve depositar em juízo os valores já levantados, mas sem os juros de mora. Nos cálculos da defesa dos ex-acionistas, sem o juros de mora, o valor ficaria próximo de R\$ 92 milhões.

Para garantir o pagamento, a Raízen apresentou uma apólice de seguro contratada junto à JMalucelli Seguradora de R\$ 225,149 milhões - equivalente ao valor dos precatórios, acrescido de correção monetária e do valor cobrado pela seguradora. Nos autos, a empresa diz que "a quantia a ser depositada alcançaria cifra astronômica superior a R\$ 100 milhões, o que demandaria mobilização de recursos em prejuízo a sua atividade produtiva".

Com a apresentação da apólice, a Raízen deixa de retirar de seu caixa o recurso que está em disputa, mas oferece uma garantia de pagamento até que o caso seja julgado em definitivo. Ao Valor, a empresa argumentou que "o seguro-garantia, apresentado pela Raízen por boa-fé, respeita a legislação e decisão judicial prévia e garante mais do que eventualmente seria devido". Agora, a defesa dos ex-acionistas da Destivale deve recorrer para impedir que o seguro-garantia seja aceito.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Agenda

Economia e petróleo

A Fundação Getulio Vargas (FGV) promoverá no Rio de Janeiro o seminário "Economia política e governança das rendas do petróleo: discutindo as perspectivas de gestores e eleitores".

Data:26 de janeiro

Horário:..... 14h às 18h

Local:Praia de Botafogo, 190, sala 537 - Botafogo / Rio de Janeiro

Informações: ipglab@fgv.br

MME / ASCOM